

# 6 | *e*VENTOS

## DISCURSO DE POSSE DO PROF. DR. RICARDO TOLEDO SILVA NA DIRETORIA DA FAU

---

Suceder a professora Maria Ruth Amaral de Sampaio na Diretoria da FAU não é uma tarefa fácil. Ela deixa um legado de entendimento e respeito mútuo entre as diferentes correntes de pensamento da Escola, associado a um conjunto expressivo de realizações na melhoria das condições de ensino, pesquisa e extensão, que por si só criam uma elevada expectativa de desempenho à nova gestão. Sua obstinação em melhorar essas condições passa pela tomada de iniciativas ousadas na recuperação do patrimônio físico da FAU, entre as quais se destacam as instalações de laboratórios no Edifício Villanova Artigas e o magnífico restauro da Vila Penteado, no qual funciona nosso programa de pós-graduação. A honradez, a integridade intelectual e a disposição permanente ao diálogo da professora Maria Ruth estabelecem, para este novo diretor ou para qualquer outro que viesse sucedê-la, um compromisso incontestável de continuar o processo de reforma cujas bases ela lançou.

Desde sua fundação, nossa escola se caracteriza por uma inquietação contínua, na busca de propostas didáticas que respondam adequadamente aos objetivos maiores do exercício da profissão. A função social do arquiteto, no sentido de prover respostas voltadas à melhoria das condições de vida da maioria, sempre esteve presente como elemento central do debate na FAU. Divergências existem quanto aos caminhos mais adequados para melhor cumprir essa função, mas o reconhecimento do compromisso da grande escola pública de arquitetura e urbanismo com o bem-estar da maioria da sociedade jamais foi posto em questão. É dentro dessa perspectiva que temos debatido os principais desafios que hoje se afiguram para a adequação dos conteúdos de ensino e pesquisa da FAU à realidade presente da prática de arquitetura e urbanismo.

A crise da arquitetura e de suas bases epistemológicas não é única e nem isolada do processo mais amplo que hoje atinge praticamente todas as profissões e todas as formas de trabalho qualificado. De um processo centrado na troca de produtos primários e bens industrializados, as relações entre países – na sociedade por alguns chamada de pós-industrial, pós-moderna ou globalizada – passaram a ser pautadas por uma disputa acirrada pelo mercado de serviços, que constitui a nata das atividades econômicas por sua capacidade intrínseca de apropriar-se do excedente gerado nos demais segmentos.

Essa disputa pelos serviços atinge em cheio, e de forma perversa, setores de atividade que, nos países periféricos, constituíam reserva estratégica de desenvolvimento científico e tecnológico local. Todas as profissões ligadas às várias formas de conhecimento são atingidas, levadas à situação paradoxal de reconhecer, por um lado, a emergência de demandas sociais prementes por suas

habilidades e, por outro lado, a retração drástica das oportunidades de exercício profissional a partir dos canais convencionais.

Hoje há pacotes completos de projetos importados, para os quais a dominação hegemônica reserva, aos profissionais locais, o papel de meros adaptadores e agentes de homologação formal das concepções estrangeiras. Para os profissionais envolvidos nesses trabalhos complementares à produção estrangeira, o saber integrador do projeto, da técnica e da ciência social, da forma, da função e do processo construtivo, tão caros à concepção de nossa escola, já não são necessários. Por consequência, pouco resta em comum entre essa prática e os conteúdos que fundamentam a escola pública de arquitetura.

Há os profissionais que resistem a esse estado de coisas e, remando contra a maré, mantêm suas práticas à custa de grandes sacrifícios pessoais. Sua missão é fundamental na preservação dos valores básicos de nossa arquitetura, mas infelizmente hoje constituem exceções que confirmam a regra. A sobrevivência dos elevados ideais que os move depende de nossa habilidade em incorporá-los nas alternativas futuras de prática profissional.

Pelo lado dos projetos diretamente voltados às melhorias de condições de vida da maioria da população pobre que habita as periferias de nossas cidades, os novos profissionais encontram como horizonte poucas alternativas de participação no que resta de programas estatais – como regra mediante prestação de serviços terceirizados e raramente como profissionais integrantes do quadro das entidades governamentais – e formas ainda pouco seguras de engajamento em organizações não-governamentais.

O aparente pessimismo desta breve análise não deve ser entendido – nem de longe – como sinal de desânimo em face da magnitude do problema. A FAU, em seu papel histórico de centro de vanguarda da arquitetura e urbanismo no Brasil, é o foro adequado para se debater e traçar novos caminhos que tornem efetivas as potencialidades do trabalho do arquiteto na construção de nossa sociedade. O reconhecimento mesmo da natureza das crises que põem em xeque os modos atuais de nossa prática é apenas possível no contexto de um processo vivo e continuamente renovado de reflexão e debate sobre o conteúdo social da profissão. A capacidade de crítica e de autocrítica entre os membros da comunidade da FAU, arquitetos ou não, é extremamente elevada e é ela que nos remete à atitude gramsciana de pessimismo no diagnóstico e otimismo na prática.

Esse estado de coisas torna necessário aliar, ao desenvolvimento das habilidades específicas, a concepção de estratégias criativas de inserção que, de forma realista, permitam a construção de novos canais de exercício profissional, fundados na função social que necessariamente devem cumprir os que pesquisam, ensinam e estudam financiados por recursos públicos. Exige, por outro lado, que seus conteúdos de ensino e pesquisa se alinhem à concepção dessas estratégias e forneçam instrumental eficaz de exercício profissional. O olhar para o futuro, contudo, não significa voltar as costas para as conquistas do passado.

O legado da arquitetura moderna, na FAU, é parte vital da massa crítica que atualmente nos permite pensar novos caminhos em direção a essa reinserção. Não fosse a obstinada luta dos grandes mestres pelo caráter socialmente transformador do desenho, a partir dele forjando uma estrutura de ensino da arquitetura eqüitativa em relação a seus conteúdos de arte, de ciência social e de tecnologia, jamais se teriam juntado os elementos necessários à elaboração da crítica a esse desenho, jamais se teriam construído os nichos de inserção dos arquitetos em questões-chave da política urbana, da ciência ambiental, da política habitacional e tantas outras que hoje permitem vislumbrar novos caminhos de potencial redesenho da profissão.

Não obstante o reconhecimento da importância desse grande legado e o respeito pelo acervo vivo da arquitetura brasileira do qual a FAU é depositária, a busca de novos caminhos para o futuro não se pode confundir com uma volta às polarizações nascidas das teses modernistas e de sua crítica, por mais sedutor que seja o conteúdo intelectual dos debates que suscitou. Os arquitetos comprometidos com o conteúdo social da profissão, sejam eles alinhados ou críticos ao reformismo modernista, já não podem se dar ao luxo de se enfrentarem mutuamente. As formas contemporâneas de dominação econômica dos valores públicos por interesses privados – a que o professor Boaventura Souza Santos se tem referido como fascismo societal – são tão ou mais insidiosas que as formas abertas de imposição autoritária que, no passado, justificaram a união das forças progressistas.

As transformações na inserção profissional que hoje se manifestam em meio a uma extensa e profunda crise de profissões têm raízes antigas, que para os arquitetos se mostraram muito antes dos atuais embates. Nos anos em que a estrutura didática da FAU se consolidava, o caráter essencialmente formal que a arquitetura moderna assumia nos países centrais do capitalismo já era visto, pelos mestres da arquitetura brasileira, esta carregada de conteúdo social, como objeto de preocupação. No entanto, a resposta jamais seria uma pura e simples negação do que ocorria. Como sublinhou o professor Villanova Artigas,...

*“... A descolonização na arquitetura não se faz pela proibição da importação de modelos de solução de problemas estético-construtivos. Mas principalmente pela descolonização da consciência dos arquitetos dentro da cultura em que trabalham.”*

Esse pensamento continua atual e o entendimento pleno de seu significado se faz indispensável na busca de novos caminhos a que nos propomos. A resposta ao atual processo de dominação estrangeira no setor de serviços, em geral, e na produção da arquitetura e urbanismo, em particular, certamente não está na negação da realidade, seja mediante a tentativa de reviver a prática reformista nos moldes originais do modernismo, seja mediante a crítica radical ao projeto, que hoje conduz apenas a um “não fazer”.

Parece, sim, estar na abertura para o mundo real e na criação de capacitação apta a interpretá-lo, absorvendo o melhor das técnicas atuais, da capacidade de leitura da realidade, das potencialidades de interação interdisciplinar e, a partir disso, criar saídas.

Para os arquitetos formados nos anos 70, entre os quais me incluo, já não se afigurava como alternativa profissional provável, à saída da Escola, a formação de escritórios independentes de prática profissional autônoma, como era até então usual. Sob plena vigência do regime autoritário e no contexto de uma política de desenvolvimento que privilegiava grandes empreendimentos na expansão da base produtiva do país, em articulação com grandes grupos privados, a maioria dos arquitetos dessa geração tinha como alternativa mais realista de exercício de suas funções o trabalho assalariado.

Esse processo, se, por um lado, limitava a liberdade criativa e as perspectivas de reconhecimento individual, típicas da era dos grandes profissionais liberais, por outro lado, constituía oportunidade única de ampliação do espectro de inserção profissional em projetos de complexa estrutura técnica e gerencial. Isso levou muitos de nós a responder por ações em áreas até então pouco exploradas pelos profissionais arquitetos.

O trabalho cooperativo com diferentes disciplinas, em torno de projetos ambiciosos, voltados ao desenvolvimento industrial e à expansão da infra-estrutura, abriu caminho para que vários de nossos colegas passassem a assumir posições-chave nos setores em que se envolviam, sem abrir mão da capacidade de reflexão crítica e de síntese que sua formação multidisciplinar trazia. Ao contrário, essa capacidade de síntese e reflexão sempre foi um elemento de distinção do papel do arquiteto na equipe multidisciplinar, a despeito de seu eventual desligamento do instrumental clássico do projeto.

Contudo, os anos da expansão econômica acelerada – e da construção ampliada da infra-estrutura produtiva – foram mais breves do que se imaginava e praticamente terminaram com o fim da década de 70. Muitos dos que, naquela época, iniciaram suas trajetórias profissionais na condição de assalariados passaram rapidamente à condição de desempregados, sem ter tido tempo de amadurecer uma massa crítica que lhes permitissem por si mesmos construir novos caminhos de exercício profissional, legitimados nos pressupostos teóricos e metodológicos da profissão.

Por outro lado, tinham aprendido a criar respostas rápidas para situações inusitadas e com isso abrir caminho para inserções as mais variadas, em áreas de conhecimento que guardassem alguma afinidade, por remota que fosse, com suas práticas anteriores. O envolvimento de arquitetos em áreas setoriais de políticas regionais e urbanas – como habitação, transporte urbano, meio ambiente, saneamento básico e outras – expandiu muito ao longo dos anos 80.

Igualmente se expandiu sua presença em áreas até então tidas como linhas complementares à arquitetura e ao urbanismo, como o desenho industrial, a

programação visual e o desenho da paisagem, à parte a consolidação de papéis em políticas e projetos de preservação e restauro do patrimônio histórico, em paralelo ao amadurecimento de contribuições teóricas e de sistematizações histórico-críticas sobre a produção da arquitetura e urbanismo no Brasil e no exterior. Tudo isso levou a que se expandisse e diversificasse o espectro de áreas de pesquisa e ensino nas quais os profissionais arquitetos se envolviam, com desdobramentos substantivos sobre os conteúdos que traziam para a escola de arquitetura. E essas expansões e diversificações de áreas de inserção conduzem a um paradoxo, que se manifesta a partir de uma fragmentação entre a pesquisa acadêmica e a prática profissional.

A produção científica e tecnológica em áreas como meio ambiente, transporte, habitação, energia, patrimônio histórico, estudos sociais e outras, dá-se conforme padrões de produtividade amplamente aceitos de pesquisa e disseminação, contrastando com a área de projeto de arquitetura, que encontra poucos canais de reconhecimento legitimados na práxis acadêmica.

Esse problema é muito sério, pois os profissionais que detêm a missão de ensinar o projeto de arquitetura, em sentido estrito, sentem-se duplamente prejudicados, primeiro pelo difícil encargo de manter acesa a chama de uma prática profissional legítima, desempenhada no contexto de um mercado hoje adverso a ela, segundo, desprestigiados pelo pouco acesso que têm às formas usuais de reconhecimento acadêmico. Na prática essa assimetria se traduz em uma sub-representação daqueles que são portadores de um saber indispensável à formação dos arquitetos, a despeito das transformações por que a profissão tenha passado e venha ainda a passar.

O reconhecimento de maior diversidade e amplitude, no campo de atuação profissional do arquiteto, não pode em hipótese alguma implicar na desvalorização do projeto de arquitetura e de suas relações específicas com o processo construtivo. Este conhecimento continua sendo a espinha dorsal dos conteúdos de arquitetura e urbanismo, quaisquer que sejam as perspectivas de ampliação e diversificação do espectro profissional. A capacidade de síntese e absorção de novas técnicas, que permitiu aos arquitetos desenvolver habilidades específicas em setores outros que não o projeto de edificações, será sempre tributária aos métodos originalmente trabalhados na prática de projeto.

Nesses termos, a falsa oposição que aparentemente contrapõe os domínios da prática profissional do projeto de edificações às linhas de pesquisa identificadas com habilidades específicas, nas quais se foram engajando os arquitetos, precisa ser definitivamente afastada.

Juntos, profissionais do projeto e pesquisadores do amplo espectro hoje relacionado à arquitetura e urbanismo, temos a missão de promover uma efetiva integração entre os conteúdos de projeto, história e tecnologia da arquitetura e urbanismo. Para isso se torna necessário aproximar os conteúdos das ações fim de ensino – de graduação e pós-graduação –, de pesquisa e de cultura e

extensão, em torno das quais se organiza a Universidade de São Paulo, de maneira que o caráter inovador da produção do conhecimento, na pesquisa, e sua aplicação prática, na extensão, sejam refletidos na constante atualização dos conteúdos de ensino. No aprimoramento dessas conexões, têm papel essencial os servidores não-docentes, responsáveis por áreas-chave de informação, de documentação, de apoio laboratorial e de serviços gerais, para cujo cumprimento devem ser bem capacitados e estimulados.

Nossa missão é desafiadora e ambiciosa. Ela constitui necessariamente um projeto coletivo, para o qual deverá contribuir toda a comunidade da FAU, com a indispensável colaboração das entidades profissionais de nossa área e de outras áreas de conhecimento com as quais nossa formação acadêmica e nosso exercício profissional se articulam. Ela apenas faz sentido no contexto de um esforço comum com outras lideranças dentro da USP, empenhadas em revalorizar a plenitude do conceito de universidade, com todo o peso que esse empenho envolve, pondo em xeque as fronteiras que forçam a separação entre nichos de saberes específicos para os quais a utilidade social exige integração, pondo em xeque os parâmetros meramente quantitativos de avaliação de produtividade impostos por uma cientometria, em muitos casos, de duvidosa validade, em face das reais prioridades de desenvolvimento a que se subordina nossa missão de universidade pública.

São extremamente fortes nossos vínculos de cooperação com outras unidades da USP, a começar pela Escola Politécnica – da qual se originou a FAU e onde se formaram a maioria de seus mestres fundadores e vários professores engenheiros – já não mais engenheiros-arquitetos, como os mestres fundadores – que integram nosso corpo docente, entre os quais destaco o saudoso professor Teodoro Rosso, de quem tive a honra de ser assistente em meu início de carreira docente na FAU. Essa cooperação passa hoje por associações em projetos comuns, além da própria Poli, com a FFLCH, com a FEA, com a ECA, com os museus da USP, apenas para citar as mais próximas e com histórico de colaboração mais freqüente.

Um dos próximos desafios comuns que envolverá esforço cooperativo intenso será a criação de um curso interunidades de design, em linha com os desdobramentos relativos a novas práticas associadas à arquitetura e urbanismo. O envolvimento dos arquitetos com o design não é obviamente novidade, mas os moldes sobre os quais se estrutura o curso projetado, a partir do reconhecimento claro de novos papéis profissionais na perspectiva de um necessário resgate do mercado interno, estes, sim, são novos e, estes sim, exigem o concurso interdisciplinar de múltiplas áreas de conhecimento.

No momento em que propugnamos pela união de esforços em torno da busca de novas alternativas para a prática profissional do arquiteto, gostaria de homenagear os dois colegas que comigo compuseram a lista tríplice submetida ao magnífico reitor, os professores doutores Sylvio Barros Sawaya e José Luís Caruso

Ronca, insignes representantes das áreas de projeto de arquitetura e de planejamento urbano da FAU. Esses dois colegas exercem uma liderança incontestada na faculdade e a realização dos objetivos comuns, em torno dos quais publicamente nos solidarizamos, apenas será possível mediante sua participação ativa. Por fim, gostaria de saudar a Profa. Dra. Maria Ângela Faggin Pereira Leite, que assume a vice-diretoria da FAU, na pessoa de quem saúdo também os demais docentes, funcionários e alunos da faculdade, com quem vamos trabalhar intensamente nos próximos anos.

Muito obrigado.

*A cerimônia de posse do professor Ricardo Toledo Silva aconteceu em 13 de dezembro de 2002, no Conselho Universitário, Cidade Universitária.*